

ARTIGOS – CIÊNCIA POLÍTICA

NEOINSTITUCIONALISMO NA CIÊNCIA POLÍTICA: uma revisão NEW INSTITUCIONALISM IN POLITICAL SCIENCE: a literature review

Renata Bueno Contrera⁶

Telmo Antonio Dinelli Estevinho⁷

RESUMO: A teoria neoinstitucional tem sido objeto de um amplo debate no interior das ciências sociais contemporâneas, especialmente no campo da sociologia e da ciência política. O objetivo deste artigo é fazer uma revisão de alguns pressupostos que estruturam as teorias neoinstitucionalistas, especialmente no interior da ciência política contemporânea. A metodologia empregada na produção deste artigo utilizou uma revisão sistemática da literatura sobre o neoinstitucionalismo na ciência política, procurando concentrar a atenção nos textos fundadores desta teoria. As teorias neoinstitucionais apresentam um conjunto coerente de técnicas e conceitos que podem auxiliar o pesquisador interessado na investigação de fenômenos políticos, seja em estudos focados na dinâmica dos legislativos; no comportamento eleitoral; nas políticas públicas e no desenvolvimento das instituições governamentais. Neste caso, a vertente histórica da teoria proporciona uma visão de longo prazo do desenvolvimento institucional, das mudanças, transformações e permanências, inferindo também prováveis cursos de ação no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Neoinstitucionalismo. Neoinstitucionalismo histórico. Desenvolvimento institucional.

ABSTRACT

New institutional theory has been the subject of a wide debate within contemporary social sciences, especially in the field of sociology and political science. The purpose of this article is to review some assumptions that structure new institutional theories, especially within contemporary political science. The methodology used in the production of this article used a systematic review of the literature on new institutionalism in political science, seeking to focus attention on the founding texts of this theory. New institutional theories present

⁶ Servidora pública, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e Mestre em Sociologia pela UFMT.

⁷ Cientista Político/Sociólogo e Prof. Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso, Líder do Grupo: Observatório de Políticas Públicas do Mato Grosso e Prof. do Programa Pós-graduação Stricto Sensu em Sociologia da UFMT.

a coherent set of techniques and concepts that can assist researchers interested in the investigation of political phenomena, whether in studies focused on the dynamics of legislatures; in electoral behavior; public policies and the development of government institutions. In this case, the historical aspect of the theory provides a long-term view of institutional development, changes, transformations, and permanence's, also inferring probable courses of action in the future.

KEYWORDS: New Institutionalism. Historical new institutionalism. Institutional development.

INTRODUÇÃO

A teoria neoinstitucional tem sido objeto de um amplo debate no interior das ciências sociais contemporâneas, especialmente no campo da sociologia e da ciência política. Com o declínio das abordagens do tipo marxista e do campo pluralista, os teóricos neoinstitucionais chamaram atenção pelo foco de análise concentrado nas instituições estatais e em suas burocracias. Justamente nos últimos cinquenta anos, com a expansão do Estado e de seus instrumentos de intervenção na sociedade, os neoinstitucionalistas pareciam demonstrar que suas ferramentas teóricas e metodológicas eram mais apropriadas para o estudo de tais fenômenos. O objetivo deste artigo é fazer uma revisão de alguns pressupostos que estruturam as teorias neoinstitucionalistas, especialmente no interior da ciência política contemporânea. O artigo contribui com pesquisas futuras sobre fenômenos políticos em geral e que possam se beneficiar de algumas dimensões da teoria neoinstitucional.

A metodologia empregada na produção deste artigo utilizou uma revisão sistemática da literatura sobre o neoinstitucionalismo na ciência política, procurando concentrar a atenção nos textos fundadores desta teoria. A revisão bibliográfica proporciona um panorama geral sobre o estado atual da teoria, seus elementos fundantes e desenvolvimento posterior. Para tanto, foram consultados textos de autores filiados à teoria que são mais citados em trabalhos no campo da ciência política. Além disso, foram utilizadas obras do tipo dicionários, coletâneas e enciclopédias, justamente para mapear o desenvolvimento da teoria e conhecer os principais autores, métodos e conceitos ligados ao neoinstitucionalismo.

DESENVOLVIMENTO: O NEOINSTITUCIONALISMO

As instituições são o centro das análises da ciência política desde sua constituição enquanto campo científico. Nesse sentido, Immergut (2007, p.155) e Steinmo (2001, p. 03) mencionam que Platão, em sua obra "A República", Aristóteles, em "A Política", e Jean-Jacques Rousseau enfatizaram

a influência das leis e dos costumes nas preferências do ser humano e na estruturação do comportamento político. Embora a ciência política se preocupe com as instituições desde seus primórdios, foi no final do século XIX e início do século XX que essa perspectiva assumiu um papel relevante nos estudos do campo. Entretanto, nesse momento, o estudo das instituições era feito de maneira normativa e formal, ocupando-se da descrição das estruturas administrativas, legais e políticas sem, contudo, analisar seus resultados políticos (IMMERGUT, 2007, p. 155 e 163-164).

Uma das experiências decorrentes desse enfoque institucionalista estritamente formal foi a República de Weimar⁸, constituída na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial e pensada como um modelo normativo de democracia, mas que não funcionou no mundo real (STEINMO, 2001, p. 04). Verificou-se que a abordagem institucionalista até então adotada não explicava as decisões e comportamentos políticos e, por esse motivo, predominou nas ciências sociais durante as décadas de 1950 e 1960, a abordagem comportamental, também chamada behaviorista ou funcionalista, que enfatiza o comportamento político dos atores na tomada de decisões (IMMERGUT, 2007, p. 156), sendo as instituições meras “arenas dentro das quais o comportamento político, motivado por fatores mais fundamentais, ocorre” (MARCH; OLSEN, 2008, p. 121).

Todavia, a teoria comportamental que predominava nos estudos da ciência política no pós-segunda guerra mundial não foi capaz de dar conta da complexidade dos acontecimentos políticos da década de 1970, especialmente a diversidade dos impactos e das reações dos países à crise mundial do Petróleo em 1973 e 1974⁹. Assim, começaram a surgir estudos que voltavam a analisar o papel das instituições na definição das preferências e do comportamento político. Dois trabalhos citados por Steinmo (2008, p. 158) marcaram o retorno da abordagem institucional à ciência política: “*Between power and plenty*”, de Peter Joachim Katzenstein (1976), que analisa a influência das diferentes estruturas institucionais na diversidade dos impactos e também das reações de cada um dos países atingidos pela crise do Petróleo; e “*States and social revolutions - A comparative analysis of France, Russia and China*” (1979), na qual Theda Skocpol afirma que a explicação

⁸ A chamada República de Weimar consiste no período compreendido entre o ano de 1918, com o final da Primeira Guerra Mundial, a queda da Monarquia e a instituição da República alemã, e o de 1933, com a ascensão de Adolf Hitler ao cargo de primeiro-ministro da Alemanha. A república democrática liberal, fundada em um sistema parlamentarista baseada na Constituição de Weimar era tida como exemplar e inovadora no plano jurídico, especialmente no que se refere aos direitos fundamentais. Tinha como objetivo consolidar os ideais social-democratas, mas não foi suficiente para enfrentar o contexto político e social do período nem evitar a ascensão do nazismo na Alemanha (VICHI, 2004, p. 547 e 549).

⁹ Entre 1973 e 1974 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) provocou uma crise de alcance mundial ao aumentar o preço do barril de US\$ 3 para US\$ 12 e boicotar o fornecimento aos Estados Unidos e demais países que apoiavam a política israelense no Oriente Médio (OPEP..., 2013, não paginado).

sobre o curso das revoluções em um determinado país passa pela análise das suas instituições. A partir da década de 1980 os estudos das ciências sociais se deslocaram efetivamente para a investigação sobre a influência das instituições no comportamento político e na produção de políticas públicas. A publicação do artigo "*The New Institutionalism: organizational factors in political life*", de James G. March e Johan P. Olsen, na revista *American Political Science Review*, em 1984 teve um importante papel nesse contexto de retomada da perspectiva institucional. Nesse artigo, os autores afirmam que a nova abordagem institucionalista baseia-se no argumento de que as instituições não são meros espelhos das forças sociais, mas sim o resultado de padrões de interação e de processos políticos de negociação que, após estabelecidos, retroalimentam o processo das decisões políticas (FREY, 2000, p. 231).

Mas, afinal, o que são instituições para esta teoria? Não existe consenso sobre essa definição, mas os neoinstitucionalistas buscam ampliar e aprofundar esse conceito (De CÉSARIS, 2009, p. 65), incluindo não apenas as regras e procedimentos formais como também as informais, como valores culturais, por exemplo. De fato, embora as normas dispostas em instrumentos formais sejam relevantes, as informais deixam transparecer aspectos que podem ficar ocultos ou passar despercebidos na análise daquelas.

Para Hall e Taylor (2003, p. 196) a definição de instituição abrange os procedimentos, protocolos, normas e convenções, formais e informais, de uma comunidade política, bem como os sistemas de símbolos, visões de mundo, modelos morais e esquemas cognitivos que fornecem padrões de significados às ações de um determinado grupo.

O papel das instituições no processo político é o núcleo dos estudos do neoinstitucionalismo, estruturando o comportamento dos atores, sejam estes legisladores, políticos, fazedores de políticas, eleitores, entre outros. A teoria pressupõe que as regras institucionais estruturam o comportamento, orientam os atores, mas que estes também não são meros receptores passivos, alterando por sua vez, as instituições.

A expansão da teoria neoinstitucional, sobretudo a partir dos anos 1980, vai se desdobrar em um conjunto de abordagens com a ambição de unificar metodologias e conceitos em torno de um campo. A próxima seção analisa a divisão da teoria neoinstitucional em três campos de estudo: o sociológico, o de escolha racional e o institucionalismo histórico. Este último será objeto de um exame mais detalhado pois seu impacto na ciência política contemporânea tem sido crescente, ao agregar uma dimensão multidisciplinar em seus estudos.

AS CORRENTES DO NEOINSTITUCIONALISMO

Nesta subseção serão abordadas as três correntes do neoinstitucionalismo. O foco da teoria neoinstitucional é a investigação do papel das instituições no comportamento político por meio da análise de todo

tipo de instituição social e estatal que molda os interesses dos atores políticos e que estrutura as relações de poder entre os grupos (STEINMO, HELEN E LONGSTRETH, 1997, p. 2). Todavia, não consiste em uma corrente unificada, e em seu interior convivem três campos com ambições teóricas e metodológicas distintas: o neoinstitucionalismo sociológico; o neoinstitucionalismo da escolha racional e neoinstitucionalismo histórico (HALL; TAYLOR, 2003, p. 193).

Embora cada uma delas dirija sua atenção para diferentes aspectos e explicações da vida política (MARCH; OLSEN, 2011, p. 2), todas convergem quanto ao objetivo de demonstrar que as instituições, por meio de suas regras e procedimentos formais e informais, produzem preferências e decisões. Disso decorrem três premissas básicas que perpassam a perspectiva neoinstitucional (IMMERGUT, 2007, p. 169), independentemente da visão adotada:

- a) primeiro, que as verdadeiras preferências dos atores não são aquelas manifestadas objetivamente por meio de suas escolhas e ações, uma vez que estas são condicionadas também pelas regras políticas, obrigando-os a adotarem alternativas possíveis em vez de ideais;
- b) segundo, que todos os métodos de agregação de interesses trazem distorções;
- c) e, por fim, as configurações institucionais acabam privilegiando conjuntos específicos de interesses, o que leva à necessidade de constantes reformas, na busca pelo equilíbrio e justiça.

Embora tenham pontos em comum, as três abordagens neoinstitucionalistas possuem perspectivas distintas sobre o surgimento e modificação das instituições, e sobre a forma como se dá a influência das instituições no comportamento político (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194).

O neoinstitucionalismo sociológico baseia-se na teoria das organizações (IMMERGUT, 2007, p. 170). Segundo essa abordagem, as formas e procedimentos institucionais são considerados como práticas culturais e, como tal, são incorporados às organizações em razão do mesmo tipo de processo de transmissão que dá origem às práticas culturais em geral. Portanto, o conceito de instituições e cultura se interpenetram (HALL; TAYLOR, 2003, p. 209). As preferências individuais são construídas socialmente, por intermédio das instituições. Tanto os indivíduos quanto as instituições procuram definir e manifestar suas identidades de acordo com modos socialmente apropriados.

Outra corrente do neoinstitucionalismo é o chamado institucionalismo da escolha racional, surgido no campo dos estudos de comportamento no interior do Congresso nos Estados Unidos da América. Essa corrente estuda a estabilidade das decisões do Congresso mesmo diante da diversidade das questões discutidas naquela arena decisória e das múltiplas preferências dos legisladores (HALL; TAYLOR, 2003, p. 132). O foco dessa abordagem é a ação estratégica de atores racionais, em condições de interdependência, com ênfase na agregação dos interesses em uma determinada decisão. Para os

teóricos desta escola, tal agregação é o resultado das regras em jogo e, também, das estratégias utilizadas pelos atores envolvidos com o fim de tirar vantagens dessas regras e, assim, otimizar seus resultados. O mais conhecido objeto de estudo dessa corrente teórica é o voto, que mostra claramente o quanto as instituições e as regras do jogo afetam as escolhas políticas (IMMERGUT, 2007, p. 166).

Por fim, o institucionalismo histórico surgiu nos anos 1980 entre pesquisadores da área de sociologia histórica, teoria política e história econômica em estudos que privilegiavam amplas dimensões temporais na análise das instituições nas decisões políticas. Utilizando conceitos que reforçavam o papel da história como indutora de resultados políticos como, por exemplo, os de contexto, sequência e conjuntura, os pesquisadores dessa vertente afirmavam que as instituições seriam dotadas de temporalidades, cabendo ao analista o ir e vir no tempo para entender tais processos.

Observa-se no institucionalismo histórico a influência da tradição sociológica, especialmente dos trabalhos de Émile Durkheim, segundo o qual as categorias de pensamento são construções sociais, e de Max Weber, que tratou da importância das instituições em sua teoria da dominação política (IMMERGUT, 2007, p. 171). Tem como foco a análise das disputas políticas, a forma como se dão as interações e como é distribuído o poder no interior dos grupos, sempre tendo em vista a perspectiva temporal, ou seja, as formas como essas questões se desdobram em um determinado período (ESTEVINHO, 2014, p. 57). Não é possível, sob essa perspectiva, analisar um determinado resultado político particular sem que se analise, também, a forma como as instituições influenciam seu desenho e construção (STEINMO, 2001, p. 2).

Essa corrente institucional estaria situada entre as perspectivas da escolha racional e do institucionalismo sociológico, na medida em que defende que os indivíduos são percebidos tanto como preocupados em seguir normas socialmente aceitas e reforçadas, quanto em maximizar seus próprios interesses, e qualquer resultado político é mais bem compreendido se for visto como um produto dessas duas preocupações (STEINMO, 2008, p. 163).

Os institucionalistas históricos defendem também que as interações entre atores econômicos, sociais e políticos distintos, que atuam em contextos e sob lógicas diferentes, fazem com que as demandas expressas na política não sejam reflexo exato das preferências dos indivíduos, mas sim da agregação de interesses diversos, e essa agregação possui distorções. Diversos fatores institucionais influenciam o processo político e a decisão entre interesses políticos conflitantes pode privilegiar alguns à custa de outros. Nesse sentido, as normas formais e informais são delineadas por aspectos políticos e técnicos nas organizações burocráticas governamentais.

A esse respeito, Abrucio e Loureiro (2018, p. 35) apontam que a separação entre as atividades políticas e administrativas no Estado moderno não é mais tão nítida nas democracias atuais. Assim, os políticos buscam se especializar em assuntos técnicos, até mesmo para justificar suas escolhas políticas, enquanto os profissionais especializados participam dos debates

referentes à decisão sobre sua aprovação pelos políticos ou se envolvem com a tomada de decisões no momento da implementação das políticas públicas, em um processo que os autores denominam de “burocratização da política e politização da burocracia” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 35). Sob essa perspectiva, existe um falso dilema entre o técnico e o político, uma vez que as atividades, preferências, escolhas e decisões dos diversos atores acabam assimilando aspectos dessas duas perspectivas, embora nem sempre impeça a existência de conflitos entre os dois grupos.

Outro ponto abordado pelo neoinstitucionalismo histórico é o de que, embora as instituições estruturam as decisões dos atores políticos, estas também são impactadas pelas estratégias e decisões dos atores (ESTEVINHO, 2014, p. 57). Esse processo de autorreforço, denominado de *path dependence* ou dependência de trajetória, torna as instituições fontes de estabilidade e dificulta a ocorrência de mudanças significativas (BERNARDI, 2012, p. 141). Neste caso, uma decisão tomada em determinado ponto no tempo por um grupo de atores, tende a se desdobrar historicamente, dificultando a sua revisão ou reforma em um ponto no tempo futuro. Tal fato ocorre porque a decisão é partilhada por um grupo de atores com interesse em sua implementação e que, portanto, reforça o seu desenvolvimento posterior. Modificações são mais difíceis, pois uma vez tomado determinado curso de ação, este automaticamente se auto reforça no tempo.

O neoinstitucionalismo histórico também demonstra que as instituições distribuem o poder de forma desigual, alterando ou reforçando as posições dos atores em uma determinada política ou no interior de uma instituição (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Além disso, a abordagem histórica considera a causalidade como algo contextual, dependente de uma complexa e única configuração de fatores, que dificilmente se repete (IMMERGUT, 2007, p. 173). Nesse sentido, o institucionalismo histórico se caracteriza por não realizar comparações sistemáticas de casos nem criar generalizações, pois os processos históricos são únicos, peculiares, uma vez que ocorrem em diferentes contextos temporais de causas e efeitos. Assim, torna-se uma tarefa difícil construir interpretações gerais e seguir metodologias de quantificação e mensuração semelhantes às das ciências exatas. Pode-se fazer uma analogia entre o institucionalismo histórico e a biologia: um comportamento deve ser sempre analisado no contexto em que ocorre, tal qual a análise de um organismo deve incluir a ecologia em que vive (STEINMO, 2008, p. 167). Diante de uma realidade em que os contextos são distintos e, portanto, incomparáveis, Steinmo (1993, p. 7 *apud* IMERGUT, 2007, p. 178) assevera que as instituições “oferecem o contexto em que os indivíduos interpretam os seus interesses e, portanto, definem suas preferências de políticas. E qualquer ator racional comportar-se-á de maneira diferente em contextos institucionais diferentes”.

Outro ponto importante para o desenvolvimento de análises neoinstitucionalistas históricas é o de que a história não segue uma trajetória lógica, tendente sempre ao progresso. Ao contrário, é constituída por

acidentes de tempo e circunstâncias, com avanços e retrocessos, e a relação entre atores e estrutura não harmoniosa (MARCH; OLSEN, 2011, p. 2).

Neste ponto residem algumas das críticas a esta abordagem, uma vez que a história seria fruto do destino, da interdependência de múltiplas variáveis causais sobre as quais não se podem fazer previsões confiáveis (STEINMO, 2001, p. 168). Todavia, ao contrário do que afirmam seus críticos, essa abordagem não afirma que os atores são meramente dependentes das instituições. Eles também as moldam, na medida em que aproveitam oportunidades e utilizam as próprias regras e instituições em vigor para impor mudanças, ainda que incrementais. Além disso, os estudos buscam definir algumas relações e categorizações que podem trazer algum grau de compreensão e previsibilidade.

Hall e Taylor (2003, p. 196) asseveram que embora as instituições possuam especial importância na explicação dos fenômenos políticos, elas se situam em uma cadeia causal composta também por outros fatores, como o desenvolvimento socioeconômico e a difusão de ideias e crenças vigentes em determinado período ou grupo. Por fim, elencam três características próprias do institucionalismo histórico, tratadas a seguir.

A primeira característica consiste no fato de que essa corrente explica a influência das instituições no comportamento individual em termos muito genéricos. De fato, existem três questões básicas que permeiam qualquer análise institucional: como os atores se comportam, como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, e por que as instituições se mantêm. Para os institucionalistas históricos, os indivíduos fazem cálculos estratégicos com vistas à maximização de seus rendimentos, ações e preferências e, as instituições, oferecem aos atores alguma garantia quanto ao comportamento presente e futuro de outros atores e grupos políticos ao fornecerem modelos morais e cognitivos que permitem, e ao mesmo tempo influenciam, a interpretação, preferências e ação do indivíduo.

A segunda característica do institucionalismo histórico consiste no fato de que, as instituições criam e enfatizam assimetrias de poder, o que, por sua vez, incentiva os conflitos que buscam reduzir essa desigualdade na distribuição de poder.

A terceira característica consiste na tendência das instituições à continuidade, denominada *path dependence*, ou dependência de trajetória. As instituições são fontes de estabilidade. Alguns dos fatores que dificultam mudanças significativas são:

- a) as instituições estão inseridas em um universo de diversas outras instituições, de modo que qualquer mudança possui diversos desdobramentos;
- b) atores ou grupos favorecidos pela atual configuração criam resistência – são atores de veto;
- c) as regras criam previsibilidade, o que dificulta seu abandono;
- d) novas regras trazem consigo custos iniciais de aprendizado e adaptação;

e) as instituições afetam o comportamento das pessoas e moldam preferências, comportamentos e decisões, criando costumes.

Mudanças significativas dependem do surgimento de conjunturas críticas, causadas por fatores externos à instituição, e são seguidas por um novo período de acomodação e estabilidade, até que ocorra uma nova conjuntura crítica. Esse processo que caracteriza o ciclo de mudanças das instituições é denominado equilíbrio pontuado (STEINMO, 2008, p. 168), representado pela Figura 1.



Figura 1 – Equilíbrio pontuado: como as instituições mudam

FONTE: autoria própria, com base em Steinmo (2008).

Aqui surge outra crítica à abordagem institucionalista histórica, no sentido de que, nessa perspectiva, os atores políticos não teriam qualquer poder de agência e seriam totalmente vulneráveis ao contexto, de modo que, qualquer mudança seria totalmente dependente de fatores exógenos àquela estrutura política (STEINMO, 2001, p. 168). Todavia, embora reconheça o papel das contingências, o foco do institucionalismo histórico situa-se na explicação sobre como as instituições respondem a tais circunstâncias, produzindo trajetórias.

Assim, de acordo com a perspectiva neoinstitucional, adotada uma decisão, inicia-se uma trajetória que gera retornos positivos crescentes, ou seja, vantagens e benefícios decorrentes das escolhas feitas no passado. Estes benefícios produzem processos de auto reforço e, conseqüentemente, cada vez maior resistência à mudança de trajetória por parte dos grupos beneficiados, que se tornam atores de veto (BERNARDI, 2012, p. 141). Os custos de transição tornam-se cada vez mais altos e, conseqüentemente, dificultam cada vez mais a mudança para uma alternativa que já tenha sido anteriormente descartada. Assim, o legado do passado condiciona o futuro.

Por outro lado, a distribuição desigual de poder no interior das instituições e os processos de auto reforço provocam conflitos e podem levar

a camadas de mudanças que, ainda que não sejam estruturais, podem direcionar futuras alterações de trajetória quando da ocorrência de conjunturas críticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias neoinstitucionais apresentam um conjunto de técnicas e conceitos que podem auxiliar o pesquisador interessado na investigação de fenômenos políticos. A sua importância na ciência política não pode ser desprezada, apontando a qualidade das inferências obtidas por meio da teoria neoinstitucional, seja em estudos focados na dinâmica dos legislativos; no comportamento eleitoral; nas políticas públicas e no desenvolvimento das instituições governamentais. Neste caso, a vertente histórica da teoria proporciona uma visão de longo prazo do desenvolvimento institucional, das mudanças, transformações e permanências, especialmente quando tratamos de agências governamentais cuja característica principal seja a sua longa permanência temporal. Quer se trate de tribunais de contas; de agências de saúde pública; de parlamentos ou sistemas educacionais, o neoinstitucionalismo histórico possibilita a compreensão de seu desenvolvimento ao longo da história, inferindo também prováveis cursos de ação no futuro no campo das estratégias de melhorias das ações do Estado.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Rita. Burocracia e Ordem Democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Valdemir; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vitor (orgs.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8560/1/Burocracia.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BERNARDI, Bruno Boti. O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

De CÉSARIS, Luís Enrique Urtubey. **Reconceitualizando o institucionalismo histórico: path dependence, agência e mudança institucional**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. **(Re) Atando políticas: Sociedade, Estado e Cinema no Brasil**. 2014. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000, p 211-259.

HALL, Peter Andrew; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2018.

IMMERGUT, Ellen M. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea, Vol. 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2007.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neoinstitucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Elaborating the “New Institutionalism”. **The Oxford Handbook of Political Science**, 2011, 19 p.

OPEP mergulha o mundo na crise do petróleo nos anos 70, causando recessão. **Acervo O Globo**, 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/opec-mergulha-mundo-na-crise-do-petroleo-nos-anos-70-causando-recessao-10230571%23ixzz5tUg5EuCw>. Acesso em: 05 jul 2019.

STEINMO, Sven. **Taxation and democracy**: Swedish, British, and American approaches to financing the modern State. New Haven, CT: Yale University Press, 1993.

STEINMO, Sven. **Institutionalism**. International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences, v. 11. Oxford: Elsevier, 2001.

STEINMO, Sven. What is Historical Institutionalism? In: PORTA, D. Della; KEATING, M. (eds.). **Approaches in the social science**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. **Structuring politics**: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VICHI, Bruno de Souza. A República de Weimar e a Constituição: lições de limitações. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 3, jan./jun. 2004, p. 541-564. Disponível em: http://www.esdc.com.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=XcZhRgmFcYe_2ci0O5WoqQUtKIHD8LEf3FnW3eKnoVU,&dl. Acesso em: 22 ago. 2019.